

OS LIMITES DA VARIAÇÃO E DA INVARIÂNCIA NA ESTRUTURA DA GRAMÁTICA

Dante LUCCHESI

Universidade Federal da Bahia (UFBA) /CNPq

RESUMO

A partir do debate travado entre a Sociolinguística Variacionista e Gramática Gerativa, na segunda metade do século XX, em torno da construção do objeto de estudo da Linguística, o artigo sistematiza um questionamento à concepção de gramática como um sistema perfeito que se restringe à função de transmitir informação referencial, a partir do reconhecimento do fato empírico de que as línguas humanas funcionam enquanto mudam. Com base nesse questionamento, defenderá que uma das principais tarefas da pesquisa linguística na atualidade é definir com precisão os limites da variação e da invariância na estrutura da gramática, para integrar em uma única abordagem as dimensões psíquico-biológica e sócio-histórica da linguagem humana, consideradas irreconciliáveis, desde a emergência do paradigma saussuriano.

ABSTRACT

Taking as its starting point the debate between Variationist Sociolinguistics and Generative Grammar in the second half of the 20th century regarding the definition of the object of inquiry of Linguistics, this paper systematizes a critical evaluation of the concept of grammar as a perfect system restricted to the role of transmitting referential information, based on the empirical fact that Human languages are fully operative while they change. On those grounds, this paper argues that one of the main tasks of contemporary linguistic research is to define precisely the limits of variation and invariance in the fabric of grammar, in order to integrate, within a single approach, both the psycho-biological and the social-historical dimensions of Human Language, usually taken as irreconcilable ever since the emergence of the Saussurean paradigm.

PALAVRAS-CHAVE

Mudança linguística. Teoria da gramática. Variação linguística.

KEY-WORDS

Language change. Linguistic variation. Theory of Grammar.

Introdução

Em uma conhecida crítica à proposta de Fernando Tarallo de reunir teoria da variação e teoria da gramática, através do conceito de *variação paramétrica*, Borges Neto (2004, p. 195-216) afirma que os modelos teóricos da Gramática Gerativa e da Sociolinguística Variacionista seriam irreduzíveis entre si. Com base na noção de *incomensurabilidade*, nos termos da formulação de Thomas Kuhn (1970, p. 435-436), a irreduzibilidade entre os dois modelos decorreria da ausência de um corpo de conceitos comuns, através dos quais se poderia problematizar a construção do objeto de estudo. Colocando essa afirmação em debate, defenderemos neste artigo a possibilidade de diálogo entre os dois modelos. Mais do que isso, vamos argumentar que esse diálogo de fato existe e que nele se manifestam as soluções que os sociolinguistas e os gerativistas encontraram para superar algumas das contradições engendradas por Saussure e que perpassaram todo o período estruturalista da Linguística Moderna.

Um dos principais problemas postos por Saussure está em situar empiricamente o objeto de estudo da Linguística. A contradição radica na localização da língua, sistema unitário e invariável, na coletividade, o plano *par excellence* da variação e da heterogeneidade. Enquanto a Sociolinguística postulará que o objetivo de estudo da Linguística, a *gramática da comunidade de fala*, só poderá ser pensada nos termos de um sistema heterogêneo e variável, os gerativistas se refugiarão no *idioleto*, na gramática do falante-ouvinte individual, para preservar a homogeneidade

e a invariância do seu objeto de estudo. No fundo, o problema seria conciliar a variação linguística (e *a fortiori* a mudança) e o funcionamento da língua. A Sociolinguística toma como um dos pilares de toda a sua teorização o reconhecimento do fato de que a língua funciona enquanto muda, negando o caráter disfuncional da mudança (e *a fortiori* da variação), como havia sido sugerido pela visão estruturalista de língua. Contudo, ao focalizar a variação/mudança linguística, a Sociolinguística revelou-se incapaz de apreender o sistema linguístico como um todo e de gerar uma teoria para o funcionamento da língua. Por outro lado, a Gramática Gerativa, que tem experimentado exuberantes progressos na formalização do sistema que torna um indivíduo falante de uma língua humana, se debate com o problema da fragilidade dos seus procedimentos de verificação empírica, baseados fundamentalmente, em juízos subjetivos, e instáveis, de gramaticalidade.

Vamos defender aqui que todo esse debate, e boa parte do desenvolvimento teórico da Linguística Moderna, gira em torno do desafio de reunir as duas dimensões aparentemente antitéticas do fenômeno linguístico: as dimensões psíquico-biológica e sócio-histórica da linguagem humana. No plano formal da estrutura linguística, as contribuições da gramática gerativa apresentam-se como o terreno mais promissor. Entretanto, o grande desafio é abandonar o *axioma da invariância*. A incapacidade da teorização formalista em reconciliar o funcionamento da língua e a variação e a mudança inerentes às condições concretas de uso da língua resulta de dois grandes equívocos em sua concepção axial da língua: um sistema perfeito que é utilizado somente para transmitir informação referencial.

Assim sendo, o principal objetivo desse artigo é argumentar no sentido de que a língua, ou a gramática (na concepção gerativista de língua), *não é um sistema perfeito*, no sentido em que o são os sistemas das linguagens artificiais. E essa imperfeição da linguagem humana é que a torna capaz de ser um sistema que desempenha uma série de outras funções sociais tão decisivas quanto a função de transmitir informação de

um indivíduo para outro. Vamos argumentar também que uma adequada descrição da estrutura gramatical da língua não pode simplesmente abstrair a variação. Para descrever adequadamente a estrutura invariante da gramática, é necessário definir com precisão onde se situam as suas zonas de variação. E estudos recentes desenvolvidos no âmbito da própria Gramática Gerativa têm revelado que essas zonas de variação se situam precisamente naqueles mecanismos que, na visão chomskiana, seriam os responsáveis pela caráter imperfeito da linguagem humana: os mecanismos que fazem parte da gramática das línguas humanas, mas que não servem para transmitir qualquer informação referencial.

Portanto, uma análise que consiga definir com precisão os limites da variação e da invariância na estrutura da gramática será capaz de integrar a análise gramatical na matriz mais ampla do conjunto complexo de funções que a linguagem humana desempenha no meio social, não se restringindo à função comunicativa da linguagem, o que é empiricamente insustentável. E os elementos seminais para essa concepção integradora das duas dimensões do fenômeno linguístico podem ser identificados, ao nosso ver, no debate que a Sociolinguística trava com a Gramática Gerativa desde a década de 1960.

1. O debate entre a Sociolinguística e Gramática Gerativa em torno da construção do objeto de estudo da Linguística

A ideia de que os modelos teóricos da Sociolinguística Variacionista e da Gramática Gerativa não são irredutíveis entre si assenta em um debate que existe objetivamente no desenvolvimento histórico da Linguística Moderna, desde a década de 1960, com base na utilização de conceitos comuns, cruciais para a construção do objeto de estudo em cada um dos dois paradigmas, como se pode ver nas seguintes passagens do texto programático da Sociolinguística Variacionista, os *Fundamentos Empíricos para uma teoria da Mudança Linguística*, publicado originalmente em 1968 (com tradução brasileira, de 2006):

A chave para uma concepção racional da mudança linguística – em realidade, da própria língua – é a possibilidade de descrever ordenadamente a diferenciação em uma língua que serve a uma comunidade. Nós defenderemos que o comando nativo das estruturas heterogêneas não é matéria de multidialectalismo ou de “mero” **desempenho**, mas é parte da **competência** linguística monolíngue. Um dos corolários da nossa abordagem é que, em uma língua que serve a uma comunidade complexa (i. é. real), é a ausência da heterogeneidade estruturada que seria disfuncional. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 36)

É verdade que em vários casos encontramos alternância de código regular (**code-switching**) entre duas estruturas integradas, como na alternância do francês canadense para o inglês. Essa alternância implica uma estrita co-ocorrência entre os elementos e regras linguísticas em questão. (...)

A co-ocorrência estrita é frequentemente atribuída às regras de um dialeto, mas as provas disso são escassas. (...)

Como frequentemente os detalhes da situação de alternância não sustentam tal afirmação, o analista é forçado a sustentar que o falante pode alternar o código no meio de uma frase, uma oração ou um sintagma, não uma mas várias vezes. (...)

Para dar conta dessa íntima variação, é necessário introduzir outro conceito no modelo de heterogeneidade ordenada que estamos desenvolvendo aqui: a variável linguística – um elemento variável dentro do **sistema** controlado por uma única regra. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 104-105) [**negritos acrescidos**]

A adoção pelos sociolinguistas de conceitos centrais da reflexão gerativistas, tais como *competência* e *desempenho* e o questionamento de formulações tais como a *alternância de código* (**code-switching**) na discussão da natureza do sistema linguístico revela que diálogo entre os dois modelos, mais do que possível, é uma realidade objetiva. Entretanto, o que decisivamente reúne os dois modelos em um mesmo campo da ciência da linguagem é adoção da noção de **estrutura** (ou **sistema**) como um elemento chave em qualquer algoritmo explicativo da linguagem humana. Nesse sentido, esses dois modelos, reunidos, se opõem a outras correntes da linguística contemporânea, que podem ser bem definidas como *pós-modernas*, tais como: a *Análise da Conversação* e a *Análise do Discurso*.

Consideramos que a *Análise da Conversação*, que Luiz Antônio Marcuschi capitaneava com brilhantismo, no Brasil, na década de 1980, foi a primeira tentativa sistemática de fazer o que Saussure chamara de *Linguística da Fala*, em oposição à *Linguística da Língua*; sendo esta última, o campo exclusivo da pesquisa estruturalista, para o qual Saussure delineou todos os princípios axiomáticos de seu programa de pesquisa, que só viria a ser magistralmente executado cerca de duas décadas depois, como os trabalhos do Círculo Linguístico de Praga. Continuando a utilizar a fraseologia Saussuriana, podemos afirmar que a *Análise do Discurso* estaria a cavaleiro entre a Sociologia, a História e a Teoria da Literatura; não cumprindo aquela tarefa *sine qua non* para o estabelecimento de qualquer ciência: a definição precisa de seu objeto de estudo; com base ainda

nos parâmetros epistemológicos de Saussure, que alguns definem hoje pejorativamente como *positivistas*, mas que preferimos chamar de *modernos*.

Assim, ao opor no cenário da linguística contemporânea dois campos antagônicos, o da *Linguística Moderna* e o da *Linguística Pós-Moderna*, esses sim irreduzíveis entre si, colocamos a Gramática Gerativa e Sociolinguística Variacionista no campo da modernidade, como as duas vertentes que sucedem o estruturalismo linguístico, negando-o, mas mantendo-se no campo de uma ciência da linguagem que pretende uma apreensão global e sistemática do fenômeno linguístico através do conceito de uma **estrutura** (ou **sistema**) que possui uma lógica própria; ficando em questão apenas a natureza e o escopo dessa lógica sistêmica da linguagem, bem como a sua localização empírica, como se pode ver no debate que sobretudo a Sociolinguística tem travado com o Gerativismo e a tradição formalista desde o seu texto inaugural.

Dessa forma, um dos principais questionamentos da Sociolinguística à tradição formalista é dirigido a eleição do idioleto como meio para isolar o sistema linguístico homogêneo e unitário, decorrente da contradição estabelecida por Saussure entre sistematicidade e variabilidade:

Vimos que, para [Hermann] Paul tanto quanto para Saussure, a variabilidade e a sistematicidade se excluíam mutuamente. Seus sucessores, que continuaram a postular mais e mais sistematicidade na língua, ficaram ainda mais comprometidos com uma concepção simplista do idioleto homogêneo. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 150)

Esse idioleto homogêneo coincide perfeitamente com a abstração chomskiana (1975 [1965]) do *falante-ouvinte ideal* pertencente a uma *comunidade linguística homogênea*, base para a análise do que ele (1981 e 1986) viria definir como **Língua-I**, que seria interna, intencional e individual¹. Em oposição a esta estaria a **Língua-E**, a linguagem objetivada, coletiva e heteróclita, que seria exatamente o objeto de estudo da Sociolinguística.

Essa oposição entre o Gerativismo e a Sociolinguística quanto à localização empírica do objeto de estudo da análise linguística tem a ver com a forma como esses dois modelos enfrentaram uma das contradições introduzidas por Saussure e que atravessa toda a pesquisa linguística do Estruturalismo, entre as décadas de 1930 e 1960.

2. Onde está a língua?

A construção de uma teoria depende tanto das respostas, quanto das perguntas que se formulam, a partir de uma concepção axiomática do seu objeto de estudo. Assim sendo, a unificação operada por Saussure, que a historiografia da ciência consagrou como *o nascimento da Linguística Moderna*, tem como ponto de partida uma questão capital, derivada da sua concepção axiomática da língua como uma estrutura: *como a língua funciona?*²

¹ Kato (2005, p. 133) define com precisão esses termos: “É interna porque nada tem a ver com um objeto no mundo externo, mas sua representação mental; é intensional, porque o conhecimento não é constituído de um conjunto extensional de sentenças, mas de propriedades (princípios e parâmetros), tratando-se portanto de uma concepção intensional de conjunto; e é individual, porque não vê a língua como um objeto social, político ou geográfico”.

² Cf. Labov (1982, p. 21): “Uma teoria geral é construída a partir de respostas a questões gerais acerca do objeto de interesse; essas questões, por sua vez, dependem de uma definição aceita do objeto, usualmente colocada em termos funcionais-estruturalistas. A língua é definida, em termos gerais, como um sistema que transforma a informação disponível por uma pessoa numa forma que pode ser decodificada e interpretada por outras pessoas. A questão mais geral levantada sobre a língua é “Como esse sistema funciona?”. A resposta que buscamos é o mecanismo que possibilita essa transformação. Vou me referir a isso como a *questão primária* da análise sincrônica.” [itálico do original] [traduzido do original inglês]

Algumas das mais profícuas formulações de Saussure decorrem dessa questão. Dessa forma, como o falante comum usa a língua sem saber coisa alguma acerca da história da língua que está usando, Saussure defende que o linguista deve fazer *tabula rasa* de tudo quanto concorreu para a formação histórica da língua, definindo as bases de sua irreconciliável *dicotomia* entre as abordagens *sincrônica* e *diacrônica*, sendo a primeira, a **sincronia**, o campo por excelência da investigação linguística.

Saussure também percebeu que, para entender o funcionamento da língua, era preciso ir além do conjunto infinito e heteróclito de manifestações da linguagem humana, a língua objetivada. Havia algo subjacente, um mecanismo, uma estrutura, um sistema, que possibilitava todos os atos de fala, mas que em nenhum deles se manifestava perfeitamente. Nem em sua totalidade poder-se-ia entrever sua perfeição, mesmo que essa totalidade não fosse por si só, dada a sua infinitude, incognoscível. Portanto, para se chegar à língua, ou seja, ao sistema (ou estrutura) que possibilitava todos os atos de fala, era preciso isolar o que em todos eles se mantinha constante e invariável.³ Assim sendo, a Linguística Moderna nasce sob o encanto da **invariância** e da **homogeneidade**.

Não obstante ter lançado as bases para décadas de pesquisa unificada na Linguística Moderna, Saussure engendrou contradições que permeiam todo o período da linguística estruturalista e que, em seu desenvolvimento, criam as condições necessárias para a superação

³ O mesmo percurso teórico é trilhado por Chomsky para isolar a competência como objeto de estudo da Linguística (1975 [1965], p. 84): “[O desempenho] só é um reflexo direto da competência no caso de vigorarem as condições ideais [que não se encontram na atividade linguística concreta]. Na realidade dos fatos é óbvio que [o desempenho] não pode refletir diretamente a competência. Uma gravação de fala natural mostrará numerosos arranques em falso, desvios das regras, mudanças de intenção a meio do caminho, e assim por diante. Para o linguista, assim como para a criança que aprende a língua, o problema consiste em determinar, a partir dos dados do desempenho, o sistema subjacente de regras que foi dominado pelo falante-ouvinte e que ele põe em uso [no desempenho efetivo]. Logo, no sentido técnico, a teoria linguística é mentalista, na medida em que tem como objetivo descobrir uma realidade mental subjacente ao comportamento efetivo.”

do Estruturalismo como modelo hegemônico no devir da ciência da linguagem (LUCCHESI, 2004). Uma dessas contradições está relacionada com a tarefa teórica de situar empiricamente o objeto de estudo da linguística. Ao extrair a língua da fala, Saussure buscou conferir unidade e homogeneidade ao objeto de estudo da linguística, pois, para Saussure, a variabilidade comprometeria a funcionalidade da língua. Contudo, o *locus* desse sistema funcional homogêneo e invariável não seria o indivíduo, mas a coletividade. Dessa forma, a contradição radica nessa projeção da homogeneidade na coletividade, o terreno por excelência da heterogeneidade e da variação linguística.⁴

Na emergência dos paradigmas da Gramática Gerativa e da Sociolinguística Variacionistas, nas décadas de 1950 e 1960, como sucessores do Estruturalismo, pode-se encontrar duas soluções distintas para a contradição engendrada por Saussure. Por um lado, Chomsky, através de sua concepção de **Língua-I**, assumirá que o sistema funcional, a gramática (*grammar*), não se situa na coletividade, mas na **mente-cérebro do falante individual**. Dessa forma, mantém o foco saussuriano na questão *como a língua funciona* (ou melhor; o que capacita um ser humano a falar uma língua natural). Por outro lado, Labov e os sociolinguistas, ao definirem o seu objeto de estudo como a **gramática da comunidade de fala**, vão demonstrar que, na coletividade, o sistema é necessariamente **heterogêneo**. Porém, o seu foco não será mais o funcionamento da língua, mas a **mudança linguística**.

Como se pode ver, as soluções encontradas para o dilema saussuriano não superam *a contradição central entre sistema e mudança*, que marca o desenvolvimento da Linguística Moderna (LUCCHESI, 2004). O que está essencialmente em jogo então é a antinomia defendida por Saussure de que a pergunta sobre *como a língua funciona* é incompatível com a pergunta *como a língua muda*. Não se trata, portanto, de uma contradição

⁴ Cf. Labov (1982, p. 18): “O objeto da descrição linguística é a gramática da comunidade de fala: o sistema de comunicação usado na interação social. As técnicas da descrição linguística devem ser capazes de lidar com a heterogeneidade desse objeto”. [traduzido do original inglês]

no plano ontológico, ou seja, do objeto em si, mas uma contradição que se situa no plano da apreensão do objeto no processo do conhecimento formal.

Mas essa contradição entre mudança e funcionalidade é negada, pelo menos em suas intenções programáticas, pela Sociolinguística, que se afirma a partir do reconhecimento de que o sistema linguístico continua funcionando enquanto muda, portanto a mudança não seria disfuncional, como pensavam Saussure e seus seguidores. Mas ao focalizar os pontos do sistema que potencialmente estão passando por um processo de mudança (as **variáveis linguísticas**), o programa de pesquisa da Sociolinguística afastou-se do todo, do sistema que responde pelo funcionamento da língua:

A mudança linguística, ela mesma, raramente é um movimento de um sistema inteiro para o outro. Em vez disso, descobrimos que um conjunto limitado de variáveis num sistema altera seus valores modais gradualmente de um polo para outro. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 123)

Em um sentido contrário, o Gerativismo, que se manteve fiel ao objetivo saussuriano de apreender o sistema linguístico como um todo (entendido agora como a gramática mental do falante individual), descartou a atividade linguística concreta e sua historicidade, mantendo igualmente o axioma saussuriano de que o sistema só existe na (abstração da) sincronia.⁵

⁵ Bakhtin (1986 [1929]) demonstrou que abordagem sincrônica funda-se em uma abstração que nada tem a ver com a realidade histórica da língua.

Diante disso, considerando o desenvolvimento dos estudos científicos da língua até a atualidade, não parece ser possível olhar, ao mesmo tempo, para o funcionamento da língua e para a sua história. Com efeito, o fenômeno linguístico exibe duas dimensões bem distintas. Em sua dimensão psíquico-biológica, a linguagem é um conjunto de propriedades mentais inatas que faz parte do patrimônio genético da espécie humana, o que torna qualquer ser humano, ao nascer, o falante potencial de uma língua natural. Em sua dimensão sócio-histórica, todas as línguas humanas são criações coletivas, e assim sendo suas características particulares são, em alguma medida, determinadas pela rede de relações sociais em que elas se formam. A questão é: em que medida a estrutura de cada língua particular é determinada por esses fatores sociais?⁶

3. O acesso à faculdade da linguagem

Se assumirmos que os primeiros *homo sapiens* já possuíam os mesmos dispositivos mentais que estão presentes na mente-cérebro das crianças que estão nascendo agora, podemos pensar que, enquanto potencialidade, a linguagem seria a-histórica. Contudo essa potencialidade só se realiza quando o indivíduo se insere no fluxo contínuo da história de interação social que dá forma à coletividade que esse indivíduo integra. Portanto, se a linguagem existe potencialmente na mente do indivíduo, ela só

⁶ Muitas vezes começo meus cursos de sociolinguística perguntando aos alunos se os fatores sociais desempenham um papel importante na linguagem humana. A resposta afirmativa vem com convicção. Porém, argumento que, apesar de todas as guerras, crises, epidemias, catástrofes, e processos de sujeição e até escravização de povos que predominam ao longo da história da humanidade, as línguas dos agrupamentos humanos nunca deixaram de funcionar; ao contrário, mesmo nas situações mais adversas, a linguagem humana ressurgiu milagrosamente na forma de pidgins e crioulos. Diante desse fato incontestável, é preciso reconhecer que existe um dispositivo mental cujo funcionamento estaria em larga medida imune às contingências sociais. Porém, o indivíduo por si só não cria uma língua, todas as línguas humanas são criadas na interação social, no conflito de interesses, concepções, crenças e vontades diversos. Ou seja, a linguagem só floresce no social, e assim sendo ela é inexoravelmente histórica e socialmente determinada.

realiza como produto coletivo, na forma de uma língua historicamente determinada. O problema radica, então, no acesso aos dispositivos mentais que constituem a faculdade da linguagem, que o gerativismo elegeu como seu objeto de estudo. Chomsky e seus seguidores têm tratado a questão como um problema de método, mas vamos argumentar aqui que estamos diante de um problema teórico de construção do objeto de estudo e não de um mero problema metodológico.⁷

Ao conceber a Língua-I, seu objeto de estudo, como intencional e não extensional (cf. nota 1), o gerativismo tem desprezado os enunciados efetivamente produzidos pelos falantes em situações concretas de interação verbal, optando por testar empiricamente suas hipóteses com base em **juízos de gramaticalidade**, na crença de que estes sim expressariam o conhecimento intuitivo e internalizado do falante nativo, a sua *competência linguística*. A fragilidade de tal “decisão metodológica” tem suscitado muitas críticas contundentes há bastante tempo:

Quando explicitou pela primeira vez sua proposta de que o objeto próprio da linguística deveria estar restrito aos julgamentos intuitivos dos falantes nativos, Chomsky esperava que a grande maioria desses julgamentos fossem claros (1957, p. 14). Esperava-se que os casos marginais, duvidosos na mente do teórico e/ou do falante nativo, fossem pouco numerosos e que seu *status* gramatical fosse decidido por regras formadas a partir dos casos claros. Tal expectativa não se concretizou, porque é difícil encontrar casos duvidosos que não tenham permanecido problemáticos para a teoria. Não é o número de casos duvidosos que está em jogo aqui: é a sua localização em pontos cruciais em questões relevantes para a teoria

⁷ A rigor, o método nada mais é do que um desdobramento da teoria, de modo que o que muitas vezes é encarado como um problema de método constitui na realidade um reflexo de um ponto crítico no processo teórico de construção do objeto de estudo.

gramatical. Pode-se ver exemplos desse problema em qualquer encontro de linguistas, onde uma comunicação após a outra citará dados importantes como aceitáveis e inaceitáveis sem que se obtenha o consenso da plateia. (LABOV, 2008 [1972], p. 224)

O problema metodológico revela-se em um círculo vicioso de um raciocínio tautológico: as hipóteses teóricas são testadas por juízos de gramaticalidade do analista, que por sua vez são fortemente condicionados por sua visão teórica (LABOV, 2008 [1972], p. 232-233). Porém, é bem verdade, que muitos gerativistas, conscientes da gravidade da questão, têm empreendido louváveis esforços para alcançar um refinamento metodológico que venha a dar mais consistência à recolha dos juízos de gramaticalidade como evidência empírica.⁸ O problema é saber se a questão pode ser resolvida metodologicamente, ou se ele é mais profunda, colocando em jogo a visão a-histórica da linguagem humana em que se baseia o gerativismo.

Se assumimos (e com efeito assumimos) que a faculdade da linguagem de nossos cérebros de hoje é a mesma dos primeiros indivíduos da espécie *homo sapiens* e que todas as línguas humanas são o produto do desenvolvimento desse dispositivo de aquisição da linguagem, devemos reconhecer que a faculdade da linguagem é universal e imutável nos limites da existência humana. O problema é que essa faculdade da linguagem não está acessível à observação empírica, ao menos que se cometam experimentos com seres humanos que os padrões éticos vigentes atualmente não permitem. E devemos mais do que tudo empenharmos todas as nossas forças para que esses obstáculos se perpetuem indefinidamente. Uma outra solução mais acessível é adotar os juízos de gramaticalidade como procedimentos válidos de verificação

⁸ Uma solução tem sido conjugar dados da intuição com dados reais do desempenho (cf. p. ex. CORNIPS; PALETTO, 2005), o que não deixa de criar outros problemas para a teoria, como será discutido adiante.

empírica. Porém, como já foi argumentado aqui, na maioria dos casos isso tem levado a análises tautológicas ou, pelo menos, com uma fundamentação empírica pouco consistente.⁹ Para além do problema da fragilidade dos critérios de verificação empírica (que deve ser a base de qualquer investigação científica rigorosa), o que está em jogo aqui é algo muito mais profundo, relativo a uma representação adequada do objeto de estudo da linguística.

Ao invés de pensar que a variabilidade nos julgamentos de gramaticalidade resulta de ruídos e interferências do desempenho – podendo, enquanto tal, ser desconsiderada na análise linguística sem maiores problemas –, podemos pensar que ela não mais é do que a variabilidade inerente à linguagem humana. A variação nada mais é do que a atualização de um processo de mudança em um dado momento na língua, e uma característica essencial de qualquer língua viva é a sua incessante e ininterrupta mutação. Assim sendo, uma questão se impõe: uma representação teórica do funcionamento da língua que “abstrai” a variação e a mudança pode ser adequada?

⁹ O problema das divergências nos juízos de gramaticalidade não pode ser visto como coisa do passado. A seguinte passagem do texto de Kato (2009, p. 67) revela isso:

Alegam as autoras que o nulo do PB é especializado apenas para o caso de uma variável presa a um antecedente quantificado, o qual, segundo as autoras, não admite ser retomado por um pronome lexical no PB.

(13) Nenhuma criança, acha que ___ / * ela, é burra.

Mas, segundo Barbosa, Duarte & Kato (2005), cujos trabalhos se basearam em *corpus*, o preenchimento do sujeito com pronome lexical também se observa com antecedentes quantificados:

(14) Ningüémi no Brasil acha que elei é prejudicado pelo governo.

Longe de ter sido encontrada uma solução para o problema, observa-se um crescente emprego de amostras de fala real como base empírica para análises gerativistas, o que contraria um postulado básico de uma teoria que assenta em um raciocínio dedutivo, para além dos problemas e a limitações que as análises indutivas de corpus ensejam e que, por limitações objetivas, não poderão ser tratadas aqui.

4. A língua não é sistema perfeito

Uma das mais perspicazes assertivas da sociolinguística laboviana decorre da observação de que as línguas funcionam enquanto mudam, do que resulta um questionamento radical da identificação entre funcionalidade e homogeneidade, já que a mudança implica necessariamente variação no sistema linguístico:

Afinal, se uma língua tem de ser estruturada a fim de funcionar eficientemente, como as pessoas continuam a falar enquanto a língua muda, isto é, enquanto passa por períodos de menor sistematicidade? Em outras palavras, se pressões esmagadoras forçam uma língua à mudança e se a comunicação é menos eficiente nesse ínterim (como seria forçoso deduzir da teoria) por que tais ineficiências não têm sido observadas na prática? (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 35)

Essa constatação coloca a necessidade teórica de considerar a variação e a mudança dentro do funcionamento da língua. Do ponto de vista de que existe uma estrutura, ou um sistema ordenador de toda a atividade linguística, só há uma maneira de conciliar o funcionamento das línguas e sua incessante mutabilidade. As línguas funcionam enquanto mudam, porque o sistema linguístico ou **a gramática não é um sistema perfeito**, ou seja, regido pelo princípio da **ótimalidade** que regem todos os sistemas formais e linguagens artificiais que o homem têm criado.

Ocorre, porém, que toda a linguística moderna formalista, que tem focalizado precipuamente a questão *como a língua funciona*, parte do pressuposto de que a língua (ou a *grammar*) é um sistema perfeito.

Para Saussure, a língua era um sistema perfeito que possibilitava a comunicação entre os indivíduos. Nesse sistema ótimo, a variação seria uma espécie de “estranho no ninho”:

Entretanto, como repugna à língua manter dois significantes para uma só idéia, as mais das vezes a forma primitiva, menos regular, cai em desuso e desaparece. (SAUSSURE, 1973 [1916], p. 189)

A observação de Saussure é em si mesma coerente: um sistema ótimo não deve ter variação¹⁰. Mas, se as línguas mudam, e isso é um fato incontestável, é porque a variação está inserida no sistema¹¹; logo, a língua não é um sistema perfeito. Por outro lado, um outro aspecto crucial para fundamentar a variabilidade do sistema linguístico está relacionado ao fato de que as funções da língua não se restringem à função comunicativa.

Em um ato verbal, o indivíduo não está preocupado somente em transmitir uma informação de uma forma neutra, ele está comprometido também com o efeito que pretende produzir no seu interlocutor com aquela informação, com sua imagem social, que em grande medida depende do seu desempenho verbal, com a hierarquia social embutida na relação com seu interlocutor, etc. E tudo isso é relevante porque todos esses fatores determinam as escolhas formais que o indivíduo faz em cada ato verbal, não apenas no nível do léxico, mas no nível mesmo da estruturação do enunciado, ou seja, no nível da gramática (SANKOF, 1988). Na medida em que essas escolhas só são possíveis porque o sistema linguístico é flexível (isto é, variável), o que seria uma aparente imperfeição da linguagem humana perante os sistemas artificiais de comunicação torna-se sua superioridade perante estes, por conta da

¹⁰ Nesse sentido, a definição de variação de Saussure, baseada no binômio *significante e significado*, é mais precisa do que a definição de Labov (2008 [1972], p. 221, nota 7), baseada na imprópria noção de *valor de verdade*, importada da filosofia, o que deu azo a um debate muito pouco produtivo a partir dos questionamentos de Lavandera (1978).

¹¹ Cf. Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 104-105): “Para dar conta dessa íntima variação, é necessário introduzir outro conceito no modelo de heterogeneidade ordenada que estamos desenvolvendo aqui: a variável linguística – *um elemento variável dentro do sistema controlado por uma única regra.*” [itálico acrescido] [traduzido do original inglês]

pluralidade de funções que a linguagem humana desempenha para além da simples transmissão de informação referencial.

Nesse sentido, o maior problema na abstração do falante-ouvinte ideal de Chomsky não é excluir os erros, hesitações e demais problemas que geram enunciados agramaticais – que, ademais, não seriam representativos¹² –, mas ignorar a variação linguística, que se torna imprescindível no âmbito dessa representação mais ampla do funcionamento da linguagem, que não se restringe apenas à concepção de um mero sistema de transmissão de conteúdos informacionais.

Porém, ao fundamentar toda a sua análise exclusivamente na função comunicativa da linguagem, Chomsky pensou a gramática como um sistema ótimo. Conquanto reconheça que isso não é o mais comum mesmo entre os sistemas biológicos, Chomsky (2008 [1996], p. 37-38) adota axiomaticamente o princípio de que a faculdade da linguagem é um sistema perfeito:

Segundo os **pressupostos minimalistas**, ou seja, **pressupostos de perfeição** (...) [**negritos acrescidos**] (2008 [1996], p. 50)

Se a linguagem humana é **perfeita em um sentido forte**, as relações de som e sentido (...) para qualquer frase em qualquer língua, se seguirão de **uma solução ótima** para as condições de legibilidade, e o mesmo será válido para toda a gama de propriedades empíricas das expressões e para todas as expressões em todas as línguas. (...)

¹² Cf. Labov (2008 [1972], p. 237): “A agramaticalidade da fala cotidiana parece ser um mito sem nenhum fundamento na realidade. Nos vários estudos empíricos que conduzimos, a grande maioria dos enunciados – cerca de 75% - eram frases bem formadas sobre qualquer critério. Quando se aplicam regras de elipse, e certas regras universais de editoração para lidar com gaguejos e falsos inícios, a proporção de frases realmente agramaticais e malformadas cai para menos de 2%.”

Isso é muito estranho. Não há nada na biologia que sugira a possibilidade de haver qualquer coisa parecida com configuração perfeita nesse sentido. No entanto, há algumas razões para supor que a linguagem está, surpreendentemente, **próxima da perfeição** nesse mesmo curioso sentido, ou seja, que ela consiste numa solução **quase ótima** para as condições de legibilidade. **[negritos acrescidos]** (2008 [1996], p. 37-38)

As modalizações do último parágrafo revelam brechas no discurso chomskiano que podem ser preenchidas exatamente por uma teoria que considere a variação e a mudança como aqueles fatores que fazem com que a linguagem seja não um sistema perfeito, mas próximo da perfeição, com soluções quase ótimas, ao invés de ótimas. Sem isso, fica-se no beco sem saída da perfeição, numa concepção da linguagem que não atende a condições empíricas bastante relevantes.

5. Imperfeição e variação na estrutura da gramática

No plano da construção do objeto de estudo da linguística, o problema de uma teoria que pense a gramática como um sistema perfeito é que essa teoria tem de reduzir à lógica do sistema gramatical fatos que não derivam da lógica interna do funcionamento da gramática, ou seja, que resultam de processos externos, de fatores contingenciais que atuam na história das línguas – imperfeições que o devir histórico engendra no sistema linguístico.

Tomemos um exemplo trivial. Em português, o plural das palavras terminadas em *-ão* é irregular. Assim, temos: *mão* – *mãos*; *ação* – *ações*; e *pão* – *pães*. Uma teoria da gramática que pretenda reduzir isso à lógica interna da estrutura linguística seria evidentemente inadequada, pois tal irregularidade nada mais é do que o resultado de um acidente histórico:

a mudança fônica que generalizou a terminação *-ão* em detrimento das terminações *-ã* e *-õ*. Vale aqui resgatar a atualidade do princípio neogramático de que as mudanças fônicas são processos regulares que produzem irregularidades na estrutura gramatical das línguas.

Porém, a possibilidade de excluir esses fatos é epistemologicamente complicada, pois a filiação da Gramática Gerativa às ciências naturais impõe que suas hipóteses devam permitir a sua refutação pelos dados empíricos, de acordo com o princípio da *falseabilidade* de Popper (1975). E, com efeito, isso abriria a possibilidade de o analista descartar dados inconvenientes para sua teoria sob a alegação de que se trata de acidentes históricos. Portanto, a única maneira de evitar a possibilidade de tais soluções *ad hoc* seria a formulação de uma teoria forte que pudesse definir com precisão os limites da variação e da mudança na estrutura da gramática.

Portanto, acreditamos estar assim demonstrando que uma série de problemas que a análise gerativa enfrenta com o tratamento dos dados, que não se restringem aos problemas com os juízos de gramaticalidade, demandam uma solução teórica que envolve a própria natureza do seu objeto de estudo, não podendo *a fortiori* ser encarados como meros problemas de método. Nesse sentido, a definição precisa das zonas de variação e de mudança na estrutura linguística constituiria um passo fundamental, ou mesmo uma condição *sine qua non* para um programa de descrição e análise da faculdade humana da linguagem universal e invariante. Estabelece-se, dessa forma, uma dialética entre invariância e variação na análise da estrutura da gramática. E, para a localização das zonas de variação na estrutura da gramática, o reconhecimento da natureza imperfeita da linguagem como um componente produtivo da teoria é crucial. Mas o que caracteriza a imperfeição da linguagem humana?

Tomemos a seguinte frase como exemplo: *Esta mesa é preta e este quadro é branco*. A informação relevante veiculada por essa frase refere-se às cores dos objetos. Ninguém pensa, ao ouvir essa frase, que a palavra *mesa* é do

gênero feminino, e a palavra *quadro* é do gênero masculino. Contudo se alguém disser “este mesa é preto e esta quadro é branca”, essa frase será mal formada em português. A imperfeição da linguagem humana decorre exatamente dessa necessidade de marcação de informações que não têm qualquer valor referencial. Mecanismos como a concordância nominal e verbal, bem como a flexão de caso, envolvem o que teoria gerativa chama de **traços não interpretáveis na interface semântica**. A checagem e eliminação desses traços desencadeia um outro processo, o **movimento de constituintes**, que o próprio Chomsky identifica como um índice de imperfeição da linguagem humana:

Bem, há coisas que parecem ser verdadeiras imperfeições na linguagem humana, e elas são interessantes. Uma delas é a propriedade do [movimento], que é universal, um tanto intrincada e jamais é construída em sistemas simbólicos formais esquematizados para usos especiais, que, por vezes, são chamados de “línguas formais”. (2008 [1996], p. 44)

(...) pode ser que se mostre que a propriedade do [movimento] não é de modo algum uma imperfeição, mas uma condição de legibilidade, imposta externamente, que a linguagem humana precisa satisfazer (o que não é o caso das línguas formais, que carecem da “semântica superficial” da língua natural). (...).

Há boas razões para acreditar que o elemento crucial da propriedade do [movimento] é o fato de que certos traços dos itens lexicais não são legíveis na interface semântica: eles estão ali, mas não recebem interpretação. (...)

(...)

Quais seriam esses traços? (...) a propriedade do caso estrutural não é legível na interface, não faz nenhuma diferença para a interpretação. Então, ela tem de ser eliminada. O único jeito de fazer isso é tomá-la e colocá-la em algum outro local com alguma coisa que possa apagá-la. Em seguida ambas vão desaparecer e nada ficará ilegível. Mas isso irá produzir a propriedade do [movimento]. O mesmo se aplica, digamos, para os traços de concordância dos verbos. (...)

(...)

De modo que parece haver uma imperfeição, mas uma imperfeição muito limitada, que tem a ver com a não-interpretabilidade de certas propriedades formais de itens lexicais, e pode ser que isso não seja imperfeição de modo algum, mas antes uma maneira ótima de satisfazer uma condição de legibilidade imposta externamente, (...).(2008 [1996], p. 48-50)

As modalizações do discurso de Chomsky revelam uma posição claudicante diante desses aspectos imperfeitos, ou aparentemente imperfeitos da linguagem. O que defenderemos aqui é que, ao invés de tentar varrer a imperfeição para debaixo do tapete, ou de buscar uma superação para esses “problemas”, pode-se conceber esses aspectos como elementos centrais da linguagem humana numa perspectiva mais ampla, não apenas aquela que quer dar conta do sistema através do qual emprestamos uma forma verbal aos nossos pensamentos, mas um sistema com uma gama de funções, interações e construções de sentido muito mais amplas, no qual a sua aparente imperfeição pode ser a chave para a compreensão de como ele funciona em universos culturais tão

diversos, como ele consegue ser único e plural ao mesmo tempo, e como ele consegue funcionar enquanto muda. Para nós, o nome dessa imperfeição é **variação linguística**.

Daí a importância de se definir tecnicamente o lugar da variação na estrutura da linguagem humana. Essa tarefa não é fácil, até em função das sérias implicações epistemológicas decorrentes da flexibilização de um modelo dedutivo de análise da gramática referidas acima. Mas, no próprio âmbito da teoria gerativa, tem surgido uma reflexão bastante promissora, a partir de versões mais recentes do Programa Minimalista (Chomsky, 2009 [2006]), exatamente em função da distinção entre traços que têm e os que não tem interpretação em *forma lógica*, e as implicações disso no processo de *derivação*. Nesse sentido, Adger e Smith (2005) procuram restringir o escopo da variação aos traços não interpretáveis em forma lógica na derivação. Como esses traços não têm significado referencial, eles admitem vários *outputs* fonológicos, sendo todos legítimos na derivação, na medida em que não há qualquer implicação semântica nessa variação. Nessa visão, a sintaxe permaneceria invariável, já que a variação se restringiria ao componente lexical. De qualquer forma, seria suposto que fatores sociais, tais como: frequência de uso, hierarquia na relação falante-ouvinte, a construção da identidade social do falante etc., interferiam no processo do qual resultaria a variação no *output* fonológico da derivação.

O debate ainda dá os seus primeiros passos, mas já fica claro que o *locus* da variação/mudança na estrutura da gramática seriam os mecanismos de checagem/apagamento dos traços não interpretáveis na interface semântica, o que Chomsky chamou de “semântica superficial”, e que temos chamado de **gramática aparente** (LUCCHESI, 2009). Em outras palavras, estamos a falar, nomeadamente, da concordância nominal e verbal e na flexão de caso. E as coisas se conjugam de uma maneira muito aliciante se levarmos em conta certas afirmações da pesquisa sociolinguística de que mecanismos gramaticais como a concordância

nominal e verbal são exatamente aqueles que costumam assumir valores na avaliação social, em face de sua ausência de valor semântico (HUDSON, 1980). A pesquisa sociolinguística tem se ocupado em revelar como os processos estruturais de variação e mudança despertam reações subjetivas entre os usuários da língua. E podemos afirmar que, se é comum em muitas línguas o falante ser estigmatizado por não empregar adequadamente as regras de concordância, dificilmente se encontrará uma comunidade de fala em que o falante é estigmatizado por construir um sintagma com a ordem núcleo-especificador quando o padrão seria a ordem especificador-núcleo, porque este não é um mecanismo da gramática potencialmente sujeito à variação e à mudança, enquanto as regras de concordância o são.

Uma outra frente de investigação empírica profícua no sentido de identificar zonas potenciais de variação e mudança na estrutura da gramática, as zonas de invariância do núcleo duro da gramática, seria o estudo das línguas pidgins e crioulas. Há uma massa considerável de descrições de pidgins e crioulos suficiente para revelar que a ausência de mecanismos de concordância nominal e verbal, bem como de flexão de caso, e, conseqüentemente, a ausência de regras de movimento constitui uma das características mais gerais dessas línguas que passam necessariamente, em sua gênese, por um profundo e intenso processo de reestruturação gramatical. Ou seja, a mudança (e *a fortiori* a variação) tende a se concentrar exatamente nessas zonas da gramática, ficando as demais zonas, no núcleo duro da gramática, como o local mais refratário aos processos de variação e mudança.¹³ Portanto, a reflexão teórica sobre o lugar da variação e da mudança na estrutura da gramática abre frentes muito interessantes e produtivas de investigação. Mas, infelizmente, a definição precisa dessas zonas na estrutura da gramática ainda é uma

¹³ Não acreditamos que tal afirmação possa ser colocada no nível categórico, mas que tende a alcançar um nível de generalização suficiente para sustentar uma investigação empírica consistente da estrutura da gramática.

questão ignorada na maioria das análises linguísticas.¹⁴ A pergunta que fica, então, é: estaria a linguística na atualidade preparada para enfrentar seriamente essa questão?

A concepção marxista da história afirma que a humanidade só se coloca as questões que ela está preparada para responder. Assim, especula-se que alguns sábios da Alexandria dos Ptolomeus já teriam concebido os princípios da máquina a vapor, mas esse conhecimento só viria a se desenvolver efetivamente muitos séculos depois, quando as condições objetivas possibilitaram o desencadeamento da Revolução Industrial. Portanto, o enfrentamento da questão acerca dos limites da variação e da invariância na estrutura da gramática não se coloca apenas no plano abstrato da teoria, mas envolve uma série de fatores inerentes ao contexto social em que a comunidade de cientistas da linguagem desenvolve o seu trabalho de reflexão teórica.

Palavras Finais

As reflexões apresentadas até aqui estão longe de constituir soluções ou posições definitivas. Trata-se de reflexões iniciais e, sobretudo no que concerne ao detalhamento da visão aqui delineada na análise técnica da estrutura gramatical. Assim sendo, o objeto maior deste texto foi o de esboçar um campo profícuo para a reflexão teórica da linguística contemporânea e chamar a atenção para a dimensão dos desafios que se colocam hoje para o desenvolvimento de uma teoria mais global acerca da linguagem humana. Nesse sentido, não se pode menosprezar a dificuldade em se conjugar as dimensões sócio-histórica e psíquico-biológico em uma única abordagem do fenômeno linguístico. Não foi

¹⁴ Uma exceção significativa é o estudo de Mary Kato (2005), que, com base na distinção chomskiana de gramática nuclear e gramática periférica, procura equacionar a variação entre as regras naturais do falante brasileiro com as regras que ele adquire na escola. Tal variação é particularmente significativa, em função do distanciamento entre a tradição gramatical e a realidade linguística brasileira.

sem razão que Saussure afirmou que a abordagem histórica e abordagem funcional da linguagem eram irreconciliáveis. E, para além do problema teórico, é preciso estar atento para as motivações não racionais que muitas vezes desempenham um papel muito mais decisivo na postura que os cientistas tendem a assumir no seu trabalho de produção do conhecimento formal.

É natural que os cientistas tendam a propalar a relevância de suas descobertas empíricas e as vantagens de sua abordagem, desqualificando os aspectos do objeto de estudo não cobertos por sua teoria como secundários, ou mesmo irrelevantes. Isso pode explicar porque a variabilidade nos juízos de gramaticalidade é tratado como um problema metodológico de somenos importância pelos gerativistas. Uma atitude ainda mais radical nesse sentido é o ceticismo diante da possibilidade de abordar um aspecto do objeto de estudo abordado por um modelo concorrente, como se pode ver nesta passagem do texto programático da Sociolinguística que descarta a possibilidade de uma teoria estrutural da mudança linguística:

Uma “teoria” da mudança linguística, no sentido rigoroso, pode ser vista numa forma relativamente forte e numa forma fraca. Em sua forma forte, a teoria preveria, com base numa descrição de uma língua em algum período de tempo, o curso de desenvolvimento que tal língua seguiria dentro de um intervalo específico. (...). Numa versão mais modesta, uma teoria da mudança linguística afirmaria simplesmente que toda língua constantemente sofre alteração, e formularia [**restrições**] sobre a transição de um estado de língua para um estado imediatamente sucessivo. Além disso, ela poderia prever que nenhuma língua assumirá uma forma que viole os princípios formais postulados como sendo universais nas línguas humanas. (...).

Nossa opinião pessoal é a de que nem a versão forte nem a versão modesta dessas teorias da mudança linguística, na medida em que procedem da atual gramática gerativa, terão muita relevância para o estudo da história da língua. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 34-35) [**negrito acrescido**]

Para além do sectarismo, essa passagem peca também por ser contraditória com o próprio desenvolvimento desse texto, que definiu como uma das cinco questões centrais para serem enfrentadas por uma teoria da mudança o **problema das restrições**, que define exatamente as possibilidades estruturais que restringem e definem o espectro de variação e mudança possíveis na estrutura linguística:

Sugerimos que um possível objetivo de uma teoria da mudança é determinar o conjunto de mudanças possíveis e condições possíveis para a mudança. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 121)

Consideramos que essa seria uma das questões mais interessantes para um programa de pesquisa da variação e da mudança linguística, exatamente por abrir essa janela de diálogo entre o histórico e o universal. Mas, infelizmente, ao invés de se abrir para essa possibilidade, Labov (1982, p. 60), em um balanço que faz do *Empirical Foundations*, quase quinze anos após a sua publicação, faz o contrário, renegando a questão:

A busca por uma restrição estritamente “universal” é, portanto, uma busca por uma faculdade da linguagem *isolada*, que não está encaixada na matriz mais ampla da estrutura linguística e social. Nada do que nós descobrimos até agora sobre a linguagem sugere a existência de tais estruturas totalmente isoladas.

Parece-me, portanto, que a formulação do “problema das restrições” em Weinreich, Labov e Herzog (1968) e em 2.1. estava equivocada, e que o problema das restrições deveria ser fundido com o problema do encaixamento.¹⁵

Nada mais revelador da incapacidade da Sociolinguística Laboviana em integrar os dispositivos mentais inatos em uma teoria da mudança linguística do que a incapacidade desse modelo em produzir qualquer teoria consistente acerca da estrutura linguística. Como destacou Suzanne Romaine, as regras variáveis, como formuladas pela Sociolinguística Variacionista, pouco ou nada tem a dizer sobre o saber que torna o indivíduo falante de uma língua humana¹⁶, ou seja, sobre como a língua funciona. Em sua versão mais ortodoxa, a Sociolinguística Quantitativa é, na melhor das hipóteses, um ramo da sociologia da linguagem capaz de descrever certas tendências superficiais de mudança linguística, e nada mais.

Ao circunscrever o escopo de sua análise aos padrões coletivos de comportamento linguístico socialmente determinados, o trabalho da Sociolinguística seria, em grande medida, o de descrever as diferenças no comportamento linguístico de homens e mulheres, jovens e idosos, dos membros das diversas classes sociais, dos diferentes grupos étnicos etc. É sobretudo apreender os valores que o julgamento social imputa a cada uma das formas variantes que caracterizam o comportamento de cada grupo dentro da coletividade. Esse componente ideológico, que Labov

¹⁵ Traduzido do original inglês.

¹⁶ Cf. Romaine (1982, p. 251): “‘Saber’ inglês, por exemplo, não pode ser equiparado com saber as probabilidades ou hierarquias de efeito de diferentes contextos associados com regras na gramática. Nós podemos formular leis estatísticas sobre a probabilidade de ocorrências em uma língua e mesmo assim não sermos capazes de entender qualquer coisa que seja dita. Eu não me acho capaz de acreditar que o conhecimento de uma língua pode ser separado do papel que ele desempenha na compreensão. Eu não estou afirmando que Labov negue a existência desse tipo de (ou parte da) competência, mas simplesmente que não há qualquer coisa no conceito de regra variável que nos capacite a dizer coisas interessantes sobre esse aspecto da competência.” [traduzido do original inglês]

(2008 [1972]) capturou através de sua noção de **prestígio**, é capital para determinar as tendências de mudança em curso na comunidade. Nessa versão, que poderíamos chamar de ortodoxa, o paradigma variacionista poderia produzir uma boa sociologia da mudança linguística, mas estaria longe de lograr o seu propósito de contribuir para uma teoria geral da linguagem através de uma teoria da mudança linguística. E mesmo uma adequada compreensão do desenvolvimento da mudança na estrutura linguística não pode deixar de ter em conta as limitações impostas pela programação mental que faz parte do patrimônio genético da espécie humana, ou seja, pelo que o gerativistas chamam de Faculdade da Linguagem (LUCCHESI; RIBEIRO, 2009), mas o reconhecimento disso entre os sociolinguistas, quando ocorre, não vai muito além de declarações de princípio programáticas, sem qualquer implicação para o desenvolvimento prático das análises.¹⁷

Compreendemos que, na atualidade, um salto de qualidade na construção teórica do objeto de estudo da linguística passa necessariamente pela conjugação de elementos desenvolvidos nos modelos gerativo e variacionista em uma abordagem consistente e internamente coerente do fenômeno linguístico capaz de atender a uma condição empírica incontornável: o fato de que a linguagem humana funciona enquanto muda. Ou seja, uma análise do funcionamento da língua que abstrai a mudança (e *a fortiori* a variação) não atende a um requerimento de adequação empírica essencial.

¹⁷ Cf., por exemplo, Chambers (1995, p. 29): “qualquer teoria não-categorial consistente, tal como a teoria da variação linguística, deve incorporar – ou ao menos ser coerente com e não contradizer – as propriedades gerais da competência linguística que emergiram com admirável clareza no paradigma chomskiano. Com “propriedades gerais”, eu me refiro à linguagem como uma faculdade mental, inata e especificada para a espécie, que, quando estimulada pela experiência social, cria uma gramática por meio da marcação de parâmetros em princípios universais, que podem em alguma medida ser estruturalmente determinados e, dessa forma, ser independentes de princípios cognitivos não linguísticos.” [traduzido do original inglês]

Não se trata apenas de uma síntese de formulações contraditórias entre si, que conduziria necessariamente a um ecletismo certamente indesejado, mas implica sobretudo na revisão de certos axiomas de cada um dos modelos, para garantir a coerência interna da nova proposta. Em outras palavras, isso implica rever, por um lado, a concepção de gramática como um sistema perfeito que funciona apenas para transmitir informação referencial; e, por outro lado, abandonar a análise mecânica e reducionista da estrutura linguística apenas como um conjunto limitado de regras variáveis que descrevem o comportamento diferenciado dos grupos sociais dentro de uma comunidade linguística. E no cerne dessa nova proposta, estaria a tarefa teórica crucial de definir precisamente os limites da variação e da invariância na estrutura da gramática.

Porém, os obstáculos que ainda impedem que essa questão seja efetivamente encampada pela pesquisa linguística da atualidade acabam por desnudar a dificuldade com que a Linguística Moderna ainda se depara, ao lidar com a interface das duas dimensões até então antitéticas do fenômeno linguístico: a sua dimensão psíquico-biológica e sua dimensão histórico-social. E essa dificuldade nos diz ainda que a **contradição entre sistema e mudança**, que desempenhou um papel crucial na superação do Estruturalismo como modelo hegemônico na Linguística Moderna (LUCCHESI, 2004), ainda está no centro dos desafios que se colocam nos dias de hoje para o desenvolvimento de uma teoria geral da linguagem humana.

Referências

ADGER, David; SMITH, Jennifer. **Variation and the Minimalist Program**. In: CORNIPS, L.; CORRIGAN, K. P. (eds.). **Syntax and Variation**. Reconciling the Biological and the Social. Amsterdam: John Benjamins, 2005. p. 149–178.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. [1929]. Trad. Michel Lahud e Yara Fratesch Vieira. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

BARBOSA, Pilar; DUARTE, Maria Eugênia; KATO, Mary. **Null subject in European and Brazilian Portuguese**. *Journal of Portuguese Linguistics: Studies in Comparative Syntax of European and Brazilian Portuguese*. 2005. p. 11-52.

BORGES NETO, José. *Ensaio de Filosofia da Linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.

CHAMBERS, Jack. **Sociolinguistic Theory**: linguistic variation and its social significance. Oxford: Blackwell, 1995.

CHOMSKY, Noam. **Syntactic structures**. [1965]. The Hague: Mouton, 1957.

_____. **Aspectos da Teoria da Sintaxe**. Trad. José António Meireles e Eduardo Paiva Raposo. Coimbra: Sucessor, 1975.

_____. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

_____. **Knowledge of language**: its origin, nature and use. New York: Praeger, 1986.

_____. **Arquitetura da Linguagem**. [1996]. Trad. Alexandre Morales e Rafael Ferreira Coelho. Bauru: EDUSC, 2008.

_____. **Linguagem e Mente**. [2006]. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CORNIPS, Leonie and PALETTO, Cecilia. **On standardising syntactic elicitation techniques (part 1)**. *Lingua*. n. 115, 2005. p. 939–957.

HUDSON, Robert. **Sociolinguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

KATO, Mary. **Gramática do letrado**. In: Marques, M. A.; KOELLER, E.; TEIXEIRA, J.; LEMOS, A. S. (orgs.). **Ciências da Linguagem: trinta anos de investigação e ensino**. Braga: CEHUM, 2005. p. 131-145.

_____. **O sujeito nulo revisitado no português Brasileiro**. In: MORAIS, A. C. R. T.; ANDRADE, M. L. da C. V. de O. (orgs.). **História do Português Paulista**. Campinas: UNICAMP/Publicações IEL, 2009. p. 61-82.

KUHN, Thomas. **Reflections on My Critics**. In: LAKATOS, I. & MUSGRAVE, A. (eds.). **Criticism and the Growth of Knowledge: Proceedings of the International Colloquium in the Philosophy of Science**. London: Cambridge University Press, 1970.

LABOV, William. **Building on empirical foundations**. [1972]. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Ed.). **Perspectives on historical linguistics**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1982. p. 17-92.

_____. **Padrões Sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LAVANDERA, Beatriz R. **Where does the sociolinguistic variable stops?** *Language in Society*. N.7, 1978. p. 171-183.

LUCCHESI, Dante. **Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna**. 2.ed. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **Conclusão**. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (orgs.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: Edufba, 2009. p. 523-546.

_____; RIBEIRO, Ilza. **Teorias da estrutura e da mudança linguísticas e o contato entre línguas**. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (orgs.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: Edufba, 2009. p. 101-124.

POPPER, Karl. **A Lógica da Investigação Científica**. São Paulo: Abril, 1975.

ROMAINE, S. **Socio-historical Linguistics: its status and methodology**. Cambridge: Cambridge University Press. 1982.

SANKOFF, David. **Variable rules**. In: AMMON, Ulrich; DITTMAR, Norbert; MATTHEIR, Klaus (Ed.). **Sociolinguistics: an international handbook of the science of language and society**. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1988. p. 984-998.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. [1916]. 5 ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1973.

WEINREICH, W.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. [1968]. Trad. Marcos Bagno, revisão técnica Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2006.